

## ENTREVISTA

Marco Cepik / DIRETOR ADJUNTO DA ABIN

O novo O2 da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) defende uma investigação ao papel do general Augusto Heleno, ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), e diz que os problemas da democracia brasileira "podem ser corrigidos com as medidas que a democracia prevê".

JANAÍNA FREIRE/REUTERS (2) e JANAÍNA FREIRE/REUTERS (3)

## QUAL É O PAPEL DO GENERAL HELENO NO CASO ABIN?

Qual é sua expectativa sobre a existência de uma Abin paralela no governo de Jair Bolsonaro?

O tempo da política e a ansiedade da cidadania para ter respostas são um pouco diferentes dos tempos da investigação. Não vou me antecipar. A Polícia Federal tem insistido, e a sindicância, de fato, apurou que houve utilizações irregulares, mas a gente não sabe a extensão.

O que está confirmado até agora?

Havia pessoas operando na Abin e em outros órgãos para avançar a agenda do presidente (Bolsonaro) de maneira irregular. Estamos falando do uso de ferramentas e de procedimentos na gestão de Alexandre Ramagem na Abin. Isso é consistente com as declarações do ex-presidente, que disse não confiar no sistema de inteligência e que tinha a inteli-

gência dele. Esta rede de colaboradores era informal, aparentemente, mas ele se manifestou em relatórios e algumas ações que agora estão vindo à luz.

Na sua opinião, o general Augusto Heleno deve ser alvo de uma investigação?

A Abin estava subordinada à estrutura do GSI e, portanto, havia uma relação de autoridade entre o ministro e o diretor da Abin. Ele [Heleno] era o ministro. Qual era o papel dele? Isso, como seria com qualquer agente público, deve ser esclarecido. Por omissão ou cometimento do ato, qual foi seu envolvimento nos atos que estão sendo investigados?

A limpeza na Abin foi feita...

A Abin é uma agência civil. O que você teve foi a subordinação durante alguns anos ao GSI, que, sim, estava bastante militarizado, e, assim, o vínculo direto de assessor-

amento ao presidente era mediado por essa estrutura. A transferência da Abin para a Casa Civil era uma necessidade. Os funcionários da Abin são civis, técnicos, concursados, e agora têm a responsabilidade de aperfeiçoar os processos para o assessoramento presidencial.

A família Bolsonaro está preocupada com as investigações...

Seria um prazer dar opinião como cientista político, ou cidadão, mas como diretor adjunto da Abin não posso me manifestar.

Essa rede de colaboradores informal incluiu as Forças Armadas?

Na CPMI do 8 de janeiro foi identificada uma série de manifestações pró intervenção que envolviam elementos das Forças Armadas. O quanto isso era tolerado, institucionalizado ou do conhecimento dos co-

Havia pessoas operando na Abin e em outros órgãos para avançar a agenda de Bolsonaro de maneira irregular.

Quais números foram monitorados, com que justificativas e para quê?

Mandos é algo que deve ser investigado. A CPMI demonstrou que a Abin cumpriu sua função legal e constitucional de alertar os riscos, monitorar e chamar a atenção para a possibilidade de que aqueles atos se consumassem.

O senhor reconheceu que a Abin falhou no 8 de janeiro... Não houve uma falha tática. Os alertas foram emitidos, a situação estava sendo monitorada. No 8 de janeiro houve uma falha estratégica no uso da informação de inteligência para prevenção.

Qual é sua expectativa sobre a sindicância sobre o programa espion First Mile?

Espera-se que apure qual foi a legitimidade dos atos e se separe o que era um uso amparado por um parecer da Advocacia-Geral da União daquilo que configura claramente desvio de finalidade. Teremos a exata dimensão do dano causado à democracia. Quais números [foram monitorados], com que impacto, com que justificativas e para quê?

Quais são os seus desafios numa agência que atravessa essa crise?

O sistema brasileiro de inteligência se expandiu durante a democracia, principalmente a partir de 2002, mas o sistema de controle externo não se expandiu

com a mesma robustez. Essa é a principal defasagem que temos. A Abin terá protagonismo no diálogo com as autoridades competentes no Parlamento e no Judiciário. O marco legal que temos hoje é um pouco vago.

Como se insere a crise da Abin no contexto regional?

Os sistemas de inteligência na América do Sul não têm o grau de profissionalização que houve no Brasil. Na Colômbia o serviço foi extinto, e criaram um novo serviço. Na Argentina, a Agência Federal de Inteligência está sob intervenção há cinco anos. No Peru há uma instabilidade muito grande. Na América Latina, a atividade de inteligência tem déficits democráticos importantes. Esses déficits democráticos, no Brasil, são relativamente mais manejáveis nessas crises. Os problemas da democracia brasileira ainda podem ser corrigidos com as medidas corretas que a democracia prevê.

## Ramagem culpa ex-O3 da agência por possíveis 'atividades ilícitas'

Sem provas, ex-diretor levantou suspeitas contra Paulo Maurício Fortunato

O deputado Alexandre Ramagem (PL-RJ) admitiu, em entrevista ao portal "Metrópoles", a possibilidade de que tenham ocorrido "atividades ilícitas" na Agência Brasileira de Inteligência (Abin), comandada por ele durante o governo Bolsonaro. A Polícia Federal apura se a estrutura do órgão foi utilizada para espionagem ilegalmente autorizada e adversários políticos do então presidente, em uma investigação que já cumpriu mandados de bus-

ca e apreensão em endereços ligados ao próprio Ramagem e ao vereador Carlos Bolsonaro (Republicanos-RJ), filho do ex-titular do Palácio do Planalto. Ramagem levantou suspeitas sobre a atuação de Paulo Maurício Fortunato, diretor de Operações da Abin ao longo de sua gestão. Com a chegada de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência, o servidor ascendeu e chegou a ocupar o terceiro posto na hierarquia da agência, até ser afastado das fun-

ções por decisão do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), em outubro do ano passado. A medida se deu no âmbito do inquérito que trata do uso pelo órgão do programa espion First Mile, revelado pelo GLOBO.

Durante uma das fases das operações desencadeadas pela PF, os agentes apreenderam US\$ 170 mil em espécie na casa de Fortunato, o equivalente a pouco mais de R\$ 800 mil. Na ocasião, ele disse que o montante se-



Na mira, Ramagem foi alvo de operação da Polícia Federal na semana passada

ria referente a uma poupança familiar. Ramagem sustentou, sem apresentar provas, que as primeiras apurações internas a respeito da conduta do servidor ocorreram sob sua tutela. — Foi na casa desse servidor que foram encontrados US\$ 170 mil, quase R\$ 1 milhão. Então, eu que fiz toda apuração, e que gerou a exoneração dele, e que se demonstra que pode ter atividades ilícitas lá dentro. Por que eu agora estou sendo investigado? Esse é o absurdo da perseguição. Esse é o absurdo que se vê da pes-

ca probatória. Por quê? — questionou Ramagem, repetindo retórica empregada por bolsonaristas.

Na entrevista, Ramagem negou ter fornecido informações confidenciais em favor de Bolsonaro ou sua família enquanto comandou a Abin. Ele também comentou o uso do First Mile pela agência.

— Eu acredito que a utilização, em sua grande maioria, quase totalidade, pode ter sido para trabalho de inteligência. Correto. Tem oficiais de inteligência de bom trabalho — disse ao parlamentar, acrescentando em seguida: — Acredito que uma minoria possa ter desvirtuado. A Agência Brasileira de Inteligência tem as atribuições de combater espionagem industrial, proteção do conhecimento sensível, proteção de estruturas estratégicas, como Itaipu...

## PF apura monitoramento de assessora de senador do MDB

Confúcio Moura havia votado contra a facilitação ao porte de armas e criticado a possibilidade de Eduardo Bolsonaro virar embaixador

PAOLA SERRA  
publicadora@globo.com.br  
e-mail

A Polícia Federal investiga se uma assessora do senador Confúcio Moura (MDB-RO) foi monitorada ilegalmente pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin) durante o governo Bolsonaro. A espionagem teria ocorrido por meio de uma ferramenta israelense que rastreava a localização de celulares em todo o país,

conforme revelou reportagem do GLOBO em março do ano passado.

No período da suposta espionagem, Confúcio Moura criticou Jair Bolsonaro por declarações na pandemia, votou contra a facilitação ao porte de armas e foi opositor da intenção do então presidente de indicar o deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), seu filho, para a Embaixada dos Estados Unidos. Alexandra Maria da Costa

Aires foi nomeada para o cargo em comissão de auxiliar parlamentar no gabinete de Moura em 1º de fevereiro de 2019. Desde então, seguiu assessorando Confúcio e atualmente atua no escritório de apoio ao senador em Rondônia. Ela foi intimada pela PF e vai prestar um depoimento virtual na segunda-feira.

— Sou uma assessora parlamentar comum. Não tenho nenhuma ligação com a família Bolsonaro e não vejo

motivos para me monitorarem, a não ser que queiram informações sobre o senador — afirmou Alessandra Aires ao GLOBO.

Em junho de 2019, Confúcio votou a favor da anulação de um decreto de Bolsonaro que facilitava o porte de armas. Em agosto do mesmo ano, publicou nota se opondo à tentativa de indicar Eduardo Bolsonaro para o cargo de embaixador dos Estados Unidos — a ini-

ciativa do então presidente acabou não indo adiante.

— Não tenho motivação conhecida para isso. Fiz uma oposição respeitosa a Bolsonaro. A Alessandra (assessora) trabalha com causas ligadas aos povos ribeirinhos, indígenas, quilombolas. Ela tem comportamento exemplar e não há nada que justifique esse monitoramento — disse Confúcio ao GLOBO.

Ao longo de 2020, o senador integrou a comissão que mo-

nitava a atuação do governo federal no enfrentamento à Covid-19 e criticou a postura do presidente durante pronunciamento em que defendeu a reabertura do comércio e das escolas, além do fim do confinamento da população. Ele também repreendeu a demora na compra de imunizantes.

"Nesse momento não podemos permitir que se politize uma das vacinas. Todas serão bem-vindas", disse, em uma entrevista ao jornal "El País". Presidente do Congresso, o senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) já pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) acesso à lista de parlamentares que foram alvos de monitoramento.